



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALITRE

ESTADO DO CEARÁ

SALITRE OUTRA VEZ COM O POVO

Lei Nº 090/2000

Ementa: Altera: Todos os artigos da Lei que criou o Conselho Municipal de Assistência Social, passando a vigorar com a seguinte redação:

O Prefeito Municipal de Salitre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Salitre aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica criado o **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)** órgão deliberativo, que tem por objetivo: aprovar a política municipal de assistência social, normatizar as ações, regular a prestação de serviços público e privado na área da assistência social, fixar normas para concessão de registros e certificados de fins filantrópicos.

Art. 2º – Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do **Fundo Municipal de Assistência Social**, normatizar os critérios de prioridade e elegibilidade na qualidade de padrões de prestação de benefícios, serviços, programas e projetos.

Art. 3º – Orientar e controlar o **Fundo Municipal de Assistência Social**.

Art. 4º – Coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de **entidades e organizações de assistência social**, em articulação com o Estado e Distrito Federal.

Art. 5º – Expedir atos normativos necessários a gestão do **Fundo Municipal de Assistência Social**.

Art. 6º – Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

Art. 7º – O **Conselho Municipal de Assistência Social** e paritário, será composto por oito (8) membros, sendo quatro (4) representantes do **Poder Executivo Municipal**, indicados e nomeados pelo Prefeito, com seus respectivos suplentes e quatro (4) indicados entre si pelas **organizações não-governamentais**, em processo eleitoral sob fiscalização do **Ministério Público em foro próprio**.

Art. 8º – Os membros efetivos que representarão o **Poder Público Municipal** são:

- a) Secretaria Municipal de Ação Social (titular ou representante);
- b) Secretaria Municipal de Saúde (titular ou representante);
- c) Secretaria Municipal de Educação (titular ou representante);
- d) Chefe do gabinete do Prefeito (titular ou representante);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALITRE

ESTADO DO CEARÁ

SALITRE OUTRA VEZ COM O POVO

Art. 9º – O exercício da função de **Conselheiro** é considerado serviço público relevante, mas não será remunerado.

Art. 10º – O **Conselho Municipal de Assistência Social** será vinculado administrativamente, ao **Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social**, destinados a darem suporte financeiro, técnico e informativo.

Art. 11º – O **Conselho Municipal de Assistência Social** utilizar-se-á de instalações e servidores cedidos pelos os órgãos da administração direta.

Art. 12º – As resoluções do **Conselho Municipal de Assistência Social**, bem como os temas tratados em plenário serão objeto de ampla divulgação, publicação nos meios de comunicação existentes no município e localidades vizinhas.

Art. 13º – Somente terá acesso a participar do **Conselho Municipal de Assistência Social** as entidades não-governamentais juridicamente constituída, em regular funcionamento, registrada nos Conselhos: **Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social**.

Art. 14º – Apreciar aprovar a proposta orçamentaria da **Assistência Social da Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO)** enviada pelo **Executivo Municipal**.

Art. 15º – O **Executivo Municipal** regulamentará esta Lei no prazo máximo de trinta (30) dias.

Art. 16º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salitre-CE, 31 de janeiro de 2000.

Francisco Pereira Filho
Prefeito Municipal